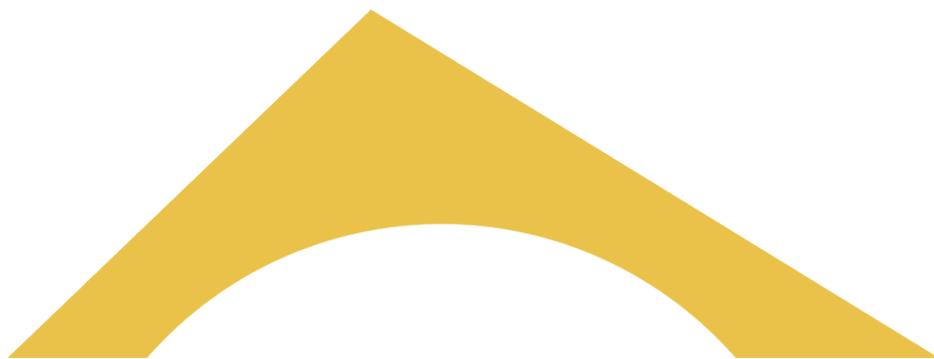


A TRAVESSIA SOCIAL

UMA PONTE PARA O FUTURO





Diante de tudo

Diante do cenário em que se encontra o país, diante dos grandes desafios que devemos enfrentar, diante da enorme responsabilidade que o momento exige, é essencial que o Governo assuma princípios, fundamentos e compromissos diante de todo o povo brasileiro.

- 1** O primeiro dever do governante é falar sempre a verdade. E reconhecer e compreender os problemas com que têm de lidar.
- 2** O Estado não pode continuar prisioneiro dos interesses especiais, descuidando das grandes carências sociais que atingem as maiorias invisíveis para o sistema político.
- 3** O Estado e o sistema político não devem fazer promessas que não podem cumprir.
- 4** O Estado não deve se propor objetivos inalcançáveis, mas deve criar persistentemente as condições que produzem a igualdade de oportunidade para todos os cidadãos.
- 5** O governo e o sistema político não podem perder o senso de urgência diante dos desastres que estão à nossa frente.
- 6** Na sua ação, o Governo deve evitar mudanças súbitas e inesperadas que afetem o funcionamento das empresas e a vida das pessoas. A implantação das políticas públicas deve ocorrer sempre de modo gradual e transparente.



Vencendo a crise



O Brasil está entrando em seu terceiro ano de recessão consecutiva. Desde 2013, todos os indicadores econômicos retrocederam: emprego, PIB, produção industrial, renda e consumo. A inflação voltou aos dois dígitos e o país entrou em uma crise fiscal sem precedentes. Na prática, o Brasil de 2016 está no mesmo nível de 2010. Perdemos seis anos. Se nada for feito para corrigir o rumo, teremos uma década perdida.

O efeito da presente crise sobre a sociedade pode ser bastante forte. Durante a maior parte do século XX nossa renda por habitante cresceu em média a 2,5% ao ano, dobrando de valor a cada geração. Por isso os brasileiros acostumaram-se com a ideia do desenvolvimento como um processo natural. Hoje esta crença perdeu força, pois nosso crescimento, a partir dos anos 80, tornou-se mais lento e inconstante.

Neste período, no entanto, a nação resolveu dois passivos importantes. Superou um regime autoritário, e venceu a inflação crônica e elevada, que há tempos impedia a normalidade econômica e agravava as desigualdades sociais.

Com o fim da inflação, diversos avanços institucionais e uma ampla reforma do ambiente econômico, o Brasil pode empreender um novo impulso de crescimento. Do ano 2000 até 2014, a renda per capita voltou a crescer, distante de nossa antiga média histórica, mas ao ritmo do resto do mundo: 1,6% ao ano. Este crescimento desta feita veio com um caráter mais inclusivo, que produziu efeitos importantes no nosso ambiente social.

Os resultados sociais alcançados na primeira década deste século foram verdadeiros e não podem ser perdidos. Na virada do milênio, mais de 40% dos municípios

brasileiros apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (inferior a 0,50). Uma década depois, dos mais de 2.000 municípios inicialmente nesta situação, restaram apenas cerca de 20.

Outro marco do progresso social brasileiro foi a queda na desigualdade da distribuição de renda. Entre 2001 e 2014, enquanto a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu cerca de 8% ao ano, a renda dos 10% mais ricos cresceu pouco mais de 2% ao ano. Aumenta a importância desta realização o fato de a queda na desigualdade ter ocorrido de forma continuada, em todos os anos do período, independente do desempenho do país, favorável ou não.

A partir de 2011 temos assistido à contínua piora dos indicadores econômicos, com queda da taxa de crescimento e da criação de empregos formais. O retrocesso se agrava a partir de 2014 quando o PIB expande-se a apenas 0,2%, o que corresponde a uma queda da renda por habitante de 0,7%. Em 2015 o processo se aprofunda e a economia recua em torno de 3,8%, uma queda de renda per capita de quase 5%. Agora, o FMI, a OECD e analistas internos preveem uma queda do PIB da ordem de 3,5% em 2016, o que quer dizer um declínio da renda por habitante de mais 4,4%. A recessão alimenta a crise fiscal e esta, não resolvida, aprofunda a recessão.

Estamos perdendo os ganhos sociais alcançados nos últimos anos.

Se o curso dos acontecimentos na economia e na política não se alterar, corremos o risco de, no final da década, termos, com sorte, a mesma renda por habitante de 2010.



Os círculos viciosos

Estamos diante de dois círculos viciosos que precisam ser rompidos. O primeiro diz respeito ao crescimento econômico e ao equilíbrio fiscal. O governo brasileiro fechou o ano de 2015 com um déficit nominal em torno de 10% do PIB e nas atuais circunstâncias o déficit de 2016 não será muito menor do que este.

Em razão da acumulação de déficits, a dívida bruta do setor público que era de 51,7% do PIB em 2013, pode passar de 80% ao final de 2017, um aumento de 7% do PIB ao ano, em média.

Devido à redução da atividade econômica, as receitas fiscais recuam. Mesmo se as despesas públicas não se elevarem, em termos reais, haverá sempre um hiato entre receitas e despesas. Portanto, o êxito de qualquer processo de equilíbrio fiscal não é possível a retomada da expansão econômica, mas sem expansão da economia, o equilíbrio fiscal torna-se cada vez mais custoso e difícil politicamente.

A superação da grave crise fiscal requer reformas que garantam a estabilização da dívida pública com relação ao PIB.

Para isso, as despesas públicas, nos próximos anos, devem interromper sua trajetória de crescimento acima da renda nacional. Em caso contrário, o agravamento da crise fiscal resultará em maior queda da atividade e da receita tributária, agravando mais ainda o desequilíbrio das contas públicas e a própria recessão.

O outro círculo vicioso é mais complexo, com três elementos: nível de atividade econômica, situação fiscal e políticas sociais.



A forte retração econômica atinge profunda e particularmente os setores mais vulneráveis da sociedade.

Embora a crise que se abate sobre o país afete toda a população, há uma série de razões para que os mais vulneráveis recebam a maior parte do seu peso. Para começar, a deterioração do mercado de trabalho não poupa ninguém, mas tende a prejudicar mais os mais pobres.

A crise tende ainda a estreitar o mercado onde se exercem as profissões informais e por conta própria, que pela falta de vínculo de emprego estão excluídas do sistema público de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o FGTS.

Tratar a população brasileira como um todo, para os fins de políticas públicas, é um erro frequente. Embora toda a população vá pagar o preço da crise e da demora em sua superação, **as políticas sociais que protegem as camadas mais pobres da população não podem retirar-se da cena, mesmo se as coisas não melhorarem.**

O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura. Sem fazer isto, o crescimento econômico duradouro não será possível. No entanto, políticas e gastos para proteger os mais pobres e abrir para eles um caminho para as oportunidades da vida, precisam ser resguardados.

A solução para os dois dilemas acima existe, mas exige uma construção estratégica sensata e uma operação técnica e política delicada.

A verdade é que só romperemos os círculos viciosos se decidirmos fazer as três coisas ao mesmo tempo: buscar o equilíbrio fiscal, retomar o crescimento e ampliar as boas políticas sociais.

Não há contradição entre equilíbrio fiscal verdadeiro e crescimento econômico verdadeiro. Há, sim, contradição entre correções pontuais e improvisadas de curto alcance e o crescimento verdadeiro. Portanto, equilíbrio fiscal de longo prazo e crescimento econômico duradouro não são objetivos incompatíveis e podem perfeitamente ser perseguidos simultaneamente.

O Brasil é viável. Em todo o mundo há nações que carregam consigo o peso de passivos muito mais difíceis: divisões étnicas ou religiosas, passados de polarizações políticas ainda não extintas, situações geopolíticas que as tornam permanentemente expostas à instabilidade. Não figuramos em nenhuma destas condições.

Enfrentamos as consequências de erros de governança, de políticas equivocadas e de escasso controle social das políticas públicas por via das instituições. Nossas instituições permitiram até agora que os governos errassem além de um limite razoável e por isto não é inteiramente correto dizer que em nosso país todas as instituições estão em pleno funcionamento.

Também há compatibilidade entre políticas sociais

destinadas às camadas mais pobres da população e o equilíbrio fiscal. É preciso dizer que nem todas as políticas sociais no Brasil têm seu foco nos grupos sociais mais carentes.

Tratar os desiguais como iguais pode significar a interrupção de programas sociais que auxiliam camadas da população que não poderiam suportar a redução dos seus benefícios, qualquer que seja o estado das contas públicas. Mesmo com a melhoria na distribuição de renda, os 60% mais ricos da nossa população detêm 90% da renda domiciliar nacional, ficando os 40% restantes – 80 milhões de pessoas – com apenas 10% da renda total. Na travessia da crise presente para um novo estado da economia, com uma trajetória consistente de equilíbrio temos de estabelecer, pelo menos, dois objetivos sagrados:

preservar o bem-estar dos 40% mais pobres e, adicionalmente, elevar o padrão de vida dos 5% mais pobres – 10 milhões de pessoas – para as quais têm sido mais desafiador promover a inclusão social e produtiva.

Não podemos nos permitir que a atenção do país, concentrada que está nos dramas da retração econômica, do desemprego e da inflação, deixe de contemplar essas populações invisíveis, cercadas de necessidades e sofrimento, tão distantes da representação política e tão pouco influentes nas correntes da mídia social, e cujas demandas não têm sequer dimensão suficiente para estar presees nos noticiários econômicos.

Quanto às políticas sociais atualmente em vigor, consideramos que muitas foram bem desenhadas e produziram resultados efetivos. O ponto fraco é a falta de uma cultura de avaliação que produza consequências. O importante é que os benefícios precisam chegar aos destinatários e os custos de administração dos programas devem ser os mais baixos possíveis.



Um mapa do caminho

Vencer a crise, em primeiro lugar, construir uma coalizão de forças políticas para aprovar no Congresso Nacional o que for preciso, para se alcançar um equilíbrio fiscal estrutural que termine com os déficits públicos crescentes e reduza, no prazo possível, a relação da dívida pública com o PIB, e para se dar início a uma nova trajetória de crescimento duradouro, com melhorias nas políticas de proteção social.

O Estado brasileiro chegou ao seu limite. É um Estado exclusivamente caro tendo em vista a qualidade da política pública e a elevada carga tributária. Absorvendo mais de 40% da renda nacional, o Brasil foi muito além de todos os países emergentes, dos Estados Unidos e da grande maioria dos países desenvolvidos. No mundo ideal, certamente seria bom tentar alguma reversão.

Mas o custo político de reconstruir o passado é sempre alto demais. A sensatez sugere que mudar o ponto de partida é um esforço quase sempre inútil e desestabilizador. Temos que seguir em frente com o peso dos acertos e erros do passado, mudando, no entanto, a direção da caminhada.

Se não há futuro possível para a expansão do Estado, isto não significa que ele está condenado eternamente

às despesas contratadas no passado e que não pode iniciar novas ações e novos programas. Se os gastos públicos não podem crescer como proporção da renda nacional, ainda assim precisamos recuperar espaço fiscal para tratar dos bens públicos que são determinantes do bem-estar da maioria da população, através do corte de despesas necessárias ou improdutivas, ou por meio de ganhos de eficiência.

Se pudermos projetar uma trajetória viável e que mereça credibilidade, as expectativas dos agentes econômicos deixarão de focar o presente imediato e se voltarão para os cenários tornados possíveis para o amanhã próximo. Neste ambiente, em meio ao encolhimento da renda das famílias e das receitas públicas, começar com o aprofundamento da contração do gasto público e a busca de superávits fiscais a qualquer preço, pode não ser o melhor caminho. Não podemos perder de vista que este será um processo político democrático, e, ao contrário das intervenções autoritárias, precisa, além de liderança responsável, de um mínimo de consenso da sociedade.

A confiança é o recurso estratégico. Para quem não confia, nada é suficiente. Para quem achou uma razão para a confiança, a paciência é muito maior.

Se no prazo imediato o governo tiver o tempo e a confiança necessários, ele pode dar início ao relançamento da economia, para criar os empregos necessários e fortalecer as redes públicas de proteção social.

O governo precisa recuperar a capacidade de agir e deixar de ser puramente reativo. Sem o peso das atuais restrições estruturais, vamos poder aliviar a contração da economia, estimular a iniciativa privada e começar um longo esforço para proteger os mais vulneráveis dos efeitos da crise e começar a tornar mais suportável a vida das grandes majorias nas cidades.

O Brasil é um país com imensas possibilidades. Um grande mercado consumidor, uma economia com vantagens comparativas em diversos setores e um grande potencial de crescimento.

A política inconsistente, oportunista e discricionária dos últimos anos resultou no inverso do pretendido: estagnação e deterioração social. Reverter com medidas consistentes os descaminhos dos últimos anos permitirá, no mínimo, retomar a trajetória de crescimento dos primeiros anos deste século.



O caminho do crescimento

As restrições fiscais são um obstáculo à expansão da atividade econômica, mas a simples ausência desta restrição, não é por si só capaz de produzir crescimento de longo prazo. No discurso da política, o crescimento econômico costuma ser tratado como uma questão de escolha ou decisão do governo. Todos desejam o maior crescimento da economia. Mas o caminho do crescimento requer muito mais do que a simples vontade.

Todas as tentativas simplistas de procurar o crescimento por meio de políticas fáceis e artificiais, desde a reação à crise do petróleo de 1974, até os experimentos heterodoxos tentados recorrentemente até 1994 e depois da crise de 2008, resultaram em episódios fugazes de crescimento e no agravamento de nossos desajustes estruturais, que sempre custam caro para resolver.

Se as medidas de equilíbrio fiscal forem aprovadas, estará aberto o caminho para um esforço bem sucedido de crescimento desde que sociedade e governo compreendam que o crescimento depende de relações amigáveis entre eles, da segurança jurídica e do respeito ao lucro e à propriedade, que estimulam o investimento.

Para este fim, as proclamações do discurso político ou as fantasias populistas criadas pelo pensamento mágico não têm qualquer utilidade.

Os motores possíveis para o novo crescimento, com o consequente aumento do emprego e da renda, são o investimento privado e as exportações. Com o equilíbrio fiscal contratado e com o equilíbrio externo assegurado, em virtude do nível das reservas e do realinhamento e a livre flutuação do câmbio, estarão satisfeitas as condições mínimas para que o setor privado, nacional e estrangeiro, volte a investir.

As oportunidades de investimento estarão favorecidas pelo novo ambiente macroeconômico de estabilidade e pela elevação do grau de previsibilidade em relação ao futuro. Os campos naturais de atração de investimento privado serão as concessões de infraestrutura e a criação de bens de alto benefício social por meio de arranjos institucionais público-privados, nas áreas de habitação popular, de saneamento e transporte urbano de alta qualidade, para cuja viabilidade pode concorrer não apenas parcela de recursos tributários, rendas de outorgas e outras receitas não tributárias, como instrumentos não convencionais, no molde dos previstos no Estatuto das Cidades. O governo estará empenhado na criação e na melhoria dos bens públicos à disposição da população, em especial das populações mais pobres, mas não será mais seu provedor direto, para poder concentrar-se em saúde, educação, segurança pública e proteção social, que são bens públicos que o mercado tem dificuldades de prover.

Assim que a economia começar a se mover, a recuperação do consumo das famílias e da demanda das empresas vai encontrar elevada capacidade ociosa na indústria e um setor agropecuário ainda com grandes reservas de expansão, o que permitirá a continuidade do processo sem pressões ou desequilíbrios.



O lugar das pessoas

O outro vetor de crescimento são as exportações. O Brasil ainda é uma das economias mais fechadas do mundo e deixou de aproveitar grandes oportunidades, quando o ritmo de crescimento da economia e do comércio mundial ainda era elevado. Com exceção das commodities minerais e agrícolas, o Brasil não está habituado aos cenários do comércio externo. Para tornar o setor industrial competitivo é preciso uma revisão do sistema tributário, uma atualização das regras trabalhistas e, acima de tudo, nossa inserção nos acordos regionais de comércio, sem o que nosso acesso aos mercados do mundo ficará sempre muito restrito.

Em termos de comércio, o mundo está se aglomerando para atender às exigências da internacionalização das diversas etapas das cadeias produtivas. Nós nos excluímos destes aglomerados regionais, misturando comércio e política como nunca em nossa história. Os acordos modernos tratam especialmente de homogeneizar, ou pelo menos compatibilizar normas e regras, de modo a reduzir os custos de transação nos negócios internacionais. Estes acordos regionais são uma arquitetura aberta, à qual podemos ou devemos aderir, com o pesado custo de ter que aceitar regras em cuja definição não tivemos qualquer participação. Vamos pagar o custo de ter chegado tarde por culpa exclusivamente nossa, e talvez venhamos a encontrar agora um ânimo mais protecionista nos países centrais.

As exportações devem se tornar uma parte importante de nossa economia e uma fonte permanente de empregos bem remunerados para nossa população.

Crises econômicas não são abstrações estatísticas. São processos que atingem duramente as pessoas reais. Portanto, é em nome delas que precisamos vencer a crise.

Está empiricamente demonstrado que maior parte do progresso social que experimentamos nas duas últimas décadas decorreu mais do crescimento da economia e das rendas do trabalho, e menos das políticas de transferência de renda. Por isso o impacto da recessão, do desemprego e do declínio dos salários reais será muito forte, capaz mesmo de anular o progresso dos últimos anos.

A queda da renda por habitante entre 2014 e 2016 estará em torno de 10%. Se as tendências para os próximos anos não se alterarem, demoraremos ainda muito tempo para voltar à renda de 2010. É um quadro que precisamos reverter.

Nenhum esforço compensatório será efetivo, na ausência das condições acima, porque a totalidade da população brasileira, excetuados apenas os 5% mais pobres, está já conectada à locomotiva econômica nacional e deriva sua renda de ocupações produtivas, exercidas no mercado.

A volta à normalidade econômica, em qualquer circunstância, levará tempo. Portanto, o investimento social na proteção e no bem-estar da população não pode esperar por ela.

Para isso vamos tentar algumas estratégias. A primeira coisa será expandir o sistema de proteção social para os 10 milhões de brasileiros que compõem os 5% mais pobres e que, por variadas razões, não estão integrados na economia nacional. Uma focalização especial

Neste contexto, uma agenda social deve conter, em primeiro lugar:

- **Crescimento econômico.**
- **Redução da inflação às metas do Banco Central.**
- **Volta do equilíbrio fiscal.**

neste segmento de excluídos não requer uma revisão substancial da política social brasileira, mas sim um aprofundamento daquilo que já fazemos bem, com mais descentralização, pois se trata aqui predominantemente de grupos humanos esparsos, vivendo em pequenas comunidades isoladas. Isso significa manter e aprimorar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

O desafio seguinte, em ordem de prioridade, é alcançar os 70 milhões de pessoas que compõem o segmento situado acima do limite de 5% até o de 40% mais pobres. Este segmento foi o que teve mais êxito em se beneficiar do progresso recente, tirando proveito da expansão do emprego, da formalização e da elevação da renda do trabalho, em especial dos aumentos reais do salário mínimo. Ao contrário dos mais vulneráveis, esta parte da população está perfeitamente conectada à economia nacional. Retomada a trajetória de crescimento, esta população seguirá junto.

Apesar de incluídos, estes brasileiros continuam a dispor de uma renda relativamente baixa.

Para as famílias destes trabalhadores, progresso social é sinônimo de ganhos salariais baseados em ganhos de produtividade. Como estão no limiar da satisfação das necessidades econômicas mínimas, o efeito da crise sobre eles é devastador. É principalmente para eles que a economia não pode parar de crescer.

Estas populações demandam políticas sociais inclusivas. É preciso institucionalmente valorizar as competências que

estes trabalhadores já detêm. Muitos deles adquiriram ofícios por vezes sofisticados e especializados, a partir de tradições familiares, como resultado de anos de experiência própria, ou mesmo por meio dos programas recentes de qualificação profissional.

Este ativo, por não encontrar reconhecimento formal, é subvalorizado pela sociedade e pelo mercado. Para endereçar esta questão, nossa ideia é criar um abrangente programa de certificação de capacidades.

Embora exista parceria de trabalhadores com habilidades não certificadas, o problema para a maioria da força de trabalho, em particular para a mais jovem, é a falta de habilidades. O ideal seria garantir a cada trabalhador, ocupado ou não, o direito a uma formação anual. Esta oportunidade, representada por um cupom, pode ser utilizada como um ativo para aqueles que procuram emprego. E para aqueles já ocupados, além do fato de que já se conhece o tipo de formação necessária, dá ao trabalhador o incentivo para aprimorar sua capacidade e sua renda futura.

Em 2011 o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério da Educação, um programa nacional de acesso à formação técnica – Pronatec – uma iniciativa que unificou as diversas atividades de qualificação profissional que estavam dispersas por várias áreas do governo.

O Pronatec foi um programa bem concebido e na direção certa. Na sua primeira fase alcançou mais de 9 milhões de matrículas, 68% das quais para formação profissional e 38% em cursos técnicos de longa duração. No entanto, o programa foi vítima de um crescimento no número de cursos sem base na realidade e sem os devidos instrumentos de fiscalização.

O principal braço operativo do programa são as entidades do Sistema S e o financiamento provém de recursos do orçamento fiscal da União.

A situação atual do programa é crítica. Na área de qualificação profissional de curta duração, as matrículas despencaram em 2015, reduzindo-se a cerca de 800 mil, depois de atingir mais de 2 milhões em 2014. Além da redução, em 2015 os treinamentos foram executados pelo Sistema S, mas a União não desembolsou efetivamente todos os recursos, o que resultou numa dívida pendente de cerca de 2 bilhões de reais.

Para 2016 não há sequer previsão de recursos da União e toda a programação está suspensa. O colapso fiscal do Estado está matando um programa correto e produtivo. Nosso propósito é resgatar o Pronatec, cujo fim é mais um exemplo de como o estado das contas fiscais está destruindo progressivamente os programas de proteção social e inclusão produtiva dos trabalhadores brasileiros. Cada vez fica mais claro que equilíbrio fiscal não é uma abstração tecnocrática, mas o meio necessário de proteger a sociedade, especialmente as populações mais pobres e necessitadas. Defendemos um Pronatec revigorado, focado em cursos que atendam às necessidades dos mercados locais.

A principal deficiência deste programa, que também é quase uma regra geral em todos os atuais programas sociais, é a falta de avaliação de resultados. O importante não é verificar se o número de matrículas

foi alcançado em cada período, mas se os cursos representaram efetivamente uma melhoria real do emprego e da renda do trabalhador. Isto nunca foi feito, mas será feito doravante no seu relançamento.

É preciso investir na humanização da vida das grandes majorias urbanas, investindo no transporte público de alta qualidade, reservando para isto os melhores espaços do tecido urbano e criando um ambiente institucional onde possam atuar de modo combinado a União, os Estados, os municípios e a iniciativa privada. Não é vida civilizada precisar de 3 a 4 horas diariamente para o deslocamento entre a casa e o trabalho, nas condições primitivas dos sistemas de transporte público que prevalecem na maioria das cidades brasileiras. Estas jornadas desumanas agridem a saúde dos trabalhadores, além de privá-los do tempo mínimo para o descanso e para o convívio familiar. Se a dinâmica do crescimento das cidades separou o lar dos trabalhadores do seu local de trabalho, é tarefa da sociedade, ao custo que for, mitigar estas distâncias. Um Estado, como o nosso, que gasta tanto e de modo tão improdutivo, e que é tão sensível às demandas dos grupos de interesse organizados, é perfeitamente capaz de, reinventando-se, enfrentar esta grande questão, já resolvida há mais de um século na maioria das grandes cidades do mundo.

Um ambiente institucional público e privado pode também endereçar a questão do saneamento, com prioridade máxima para tratamento dos esgotos, principalmente nos aglomerados humanos. Não podemos impedir ou interromper este esforço, onde ele já foi iniciado.

O governo não pode ser indiferente à questão da habitação para as populações mais pobres, especialmente nos grandes aglomerados metropolitanos. Para as famílias com renda de até 4 salários mínimos, os mecanismos puramente de mercado não são capazes de oferecer uma solução adequada. Por isso a

inevitabilidade de programas patrocinados pelo poder público, com a concessão dos subsídios necessários.

Sucessivos governos têm feito tentativas neste sentido, com resultados variados. Mas o déficit de habitações não para de crescer. Os governos do PT deram um novo formato aos antigos programas de arrendamento habitacional e de crédito associativo, lançando o chamado Minha Casa, Minha Vida, com faixas diferenciadas de subsídio, desde subsídio quase total para as famílias com renda até 2SM e subsídio variável, até o limite de R\$45.000,00 para as faixas entre 2 e 4SM.

Os resultados do programa podem ser considerados bons, embora ainda insuficientes para resolver o problema. Anualmente formam-se no Brasil 1.350.000 novos domicílios, dos quais 800.000 são de famílias com renda até 2SM e 500.000, entre 2 e 4SM. Ou seja, temos anualmente 1.300.000 novas famílias cuja renda não lhes permite acesso adequado à sua casa própria e acabam se instalando em habitações precárias em áreas não completamente urbanizadas. Além disso, estima-se que temos já um déficit acumulado de 6 milhões de habitações sem os padrões adequados.

O Minha Casa, Minha Vida contratou entre 2009 a 2015 3.663.000 novas habitações, metade para famílias de renda até 2SM e a outra metade entre 2 e 4SM, tendo entregue efetivamente 2.300.000.

Além de ter um alcance ainda limitado, tendo em vista as carências existentes, este é mais um programa afetado pela

crise fiscal. Em 2015 não foi contratada uma única nova moradia para as famílias com renda até 2SM, exatamente o segmento mais carente e cujos subsídios são inteiramente dependentes do Orçamento Fiscal da União.

Em 2016 não se contratou qualquer nova moradia em todas as faixas do programa, embora haja uma previsão de 120.000 novas habitações para a faixa 1, de até 2SM e 250.000 na faixa 2, entre 2 e 4SM. O custo fiscal para atingir estas metas será da ordem de 11 bilhões de reais, sendo 10 bilhões para a faixa de renda mais baixa. Devido às restrições existentes estes objetivos certamente não serão alcançados.

O programa é bem concebido, e é um exemplo da aplicação virtuosa dos recursos dos impostos captados da sociedade. Ao permitir o descalabro fiscal, construído em anos de negligência, o Governo Federal assiste ao esvaziamento do programa, adiando o bem-estar de centenas de milhares de pessoas, frustrando a criação ou manutenção de 1.700.000 empregos diretos e indiretos envolvidos na atividade de criação das habitações, sem falar também nos impostos recolhidos pelas empresas.

Nosso propósito, ao empreender um novo equilíbrio fiscal, é criar margem para alocação de recursos necessários à reativação do programa que está hoje praticamente parado, mas vai se tornar novamente uma prioridade. O Minha Casa, Minha Vida foi abandonado pelo governo atual, deixando um rastro de investimentos frustrados na indústria na construção e um déficit habitacional crescente nas periferias. O MCMV deve ser relançado, tendo como prioridade os mais pobres.

O desafio da saúde

Temos que encontrar uma saída para o drama da assistência de saúde, notadamente nas grandes cidades. Os custos da assistência médica, dos procedimentos modernos e dos novos medicamentos são um problema em todo o mundo. Mas temos uma população pobre e totalmente dependente da saúde pública e há um limite para suportarmos as cenas que se repetem todos os dias e são do conhecimento de todos: pessoas morrendo ou sofrendo nas portas ou nos corredores dos hospitais públicos, pessoas diagnosticadas e que morrem na espera de meses para um procedimento cirúrgico, ou um mero exame.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem pouco mais de 25 anos e continua sendo uma das grandes políticas de inclusão social da história brasileira. Com todas as deficiências que podem ser alegadas, é indiscutível que a assistência à saúde dos brasileiros melhorou notavelmente após a implantação do sistema de universalização adotado pelo SUS. Antes dele, os indigentes e os trabalhadores informais não tinham acesso garantido a nenhum serviço de saúde. Hoje é um direito de todos. O desafio permanente é tornar efetivo este direito.

As questões levantadas por um sistema que deve ser universal, equitativo e integral são naturalmente muito complexas. É preciso reconhecer que já se avançou muito, mas uma agenda de mudanças precisa ser implantada. Aproveitando as melhores reflexões que foram feitas recentemente é preciso concentrar os esforços em algumas linhas de ação.

- 1 O SUS deverá articular-se com outras instâncias governamentais para que se possa, não apenas atender às demandas trazidas pelo envelhecimento da população brasileira, que aumenta a morbidade e a mortalidade por doenças crônicas, mas também criar um processo ativo para prevenção de fatores de risco que hoje constituem a maior ameaça para a população, tais como tabagismo, alcoolismo, sedentarismo, stress laboral, acidentes de trânsito e violência.
- 2 O Governo deve implantar um Cartão de Saúde, pessoal e intransferível, atribuído a qualquer brasileiro desde o nascimento para o seu acesso à rede de saúde, com um conjunto de direitos e deveres definidos. A informação relacionada no cartão vai conter a história clínica da pessoa, com acesso restrito a ela própria e ao médico de família. Uma vez decodificado o cartão, sem a identificação do portador, ele propiciará ao governo uma base de dados para planejar os gastos e as ações de saúde. Será o início de um grande choque de gestão no sistema.
- 3 É preciso melhorar a gestão financeira em todos os níveis das redes de saúde, mas será igualmente necessário obter margem fiscal para elevar os recursos para o financiamento do sistema.
- 4 É necessária uma nova política de remuneração dos provedores e unidades de saúde, associada ao desempenho e à qualidade do serviço prestado, aplicável aos estabelecimentos públicos e privados.

- 5 Vamos criar redes assistenciais de saúde que permitam o melhor uso dos recursos de saúde, em cada região, gerando um modelo assistencial com foco no paciente, garantindo a continuidade do acesso a todos os níveis da rede (do médico de família ao hospital).
- 6 Vamos universalizar o acesso ao Programa de Saúde da Família, estruturando-o como “porta de entrada” do sistema.
- 7 Vamos criar acesso rápido e oportuno para urgências e emergências, através de redes de atendimento especializadas, ampliação de leitos de UTI’s e atendimento digno nos prontos-socorros.
- 8 É preciso identificar oportunidades de colaboração com o setor privado, para desenvolver parcerias público-privadas com compartilhamento de riscos operacionais e financeiros, para estimular aumentos de produtividade e ganhos de eficiência.

A regra final é profissionalizar a gestão ao longo de toda a cadeia do sistema, inclusive nas agências reguladoras relacionadas à saúde.



Conhecimento e cidadania

Vivemos o tempo do conhecimento. O destino e o lugar das pessoas na sociedade e na economia são definidos por seu acesso ao conhecimento. Isto torna a educação a maior e a principal política social, a que liberta o indivíduo das restrições da pobreza, da origem familiar e de sua situação na estrutura de classes.

Nos últimos tempos vencemos em grande medida a pobreza extrema, por meio de programas de transferência de renda. Nosso desafio hoje é muito mais difícil, é integrar estas populações nas atividades produtivas e elevar a mobilidade social. Só a educação pode fazer isto.

Nas últimas décadas o Brasil realizou grandes progressos na educação. Universalizou o acesso ao ensino fundamental, ampliou muito as matrículas no ensino médio e conseguiu implantar um sistema eficiente de avaliação de resultados.

Infelizmente, estas avaliações revelam que, apesar dos grandes progressos na matrícula, os resultados de nossa educação ainda são muito insatisfatórios em todo o ciclo básico. Estamos sempre nos últimos lugares quando comparados aos melhores países do mundo, mesmo alguns com renda inferior à nossa.

Os testes mostram que nossa maior deficiência está no ensino inicial: mais da metade dos alunos da quarta série não estão funcionalmente alfabetizados. Por isso, a principal prioridade da educação brasileira deve ser a melhoria do ensino nas séries iniciais. É aqui que se define o lugar que a criança vai ocupar na sociedade quando tornar-se adulta. As maiores deficiências das etapas posteriores da educação têm aqui a sua origem.

O Brasil já acumulou as observações e o conhecimento necessários para identificar os principais problemas técnicos na má qualidade do ensino fundamental. Apesar dos resultados

médios não serem bons, há numerosos casos de experiências bem sucedidas, inclusive em localidades periféricas e mais pobres. Ou seja, podemos fazer muito melhor.

Na divisão de tarefas entre os entes da federação, o ensino fundamental é de competência dos municípios e o ensino médio está sob a responsabilidade dos Estados. Como estas são as etapas críticas do processo educacional, que vão condicionar as seguintes, o Governo Federal precisa de um protagonismo muito maior do que tem tido até hoje, para assegurar que, na diversidade do país, as crianças brasileiras, onde quer que vivam, tenham as mesmas oportunidades de educação e de conhecimento. Estamos nos referindo a orientações, à supervisão, mas também a recursos.

O ensino de 2º grau no Brasil precisa de uma reforma completa. A estruturação dos currículos pressupõe exclusivamente uma preparação genérica para o ensino superior. O aproveitamento final é muito pequeno. A conclusão desta etapa não habilita o aluno para coisa alguma, a não ser os exames de ingresso na Universidade, embora se saiba que a maioria dos alunos encerra aí sua formação escolar. Na União Europeia, 50% dos alunos do ensino secundário optam pela educação profissional, enquanto no Brasil apenas 8% o fazem, por falta de incentivo ou de oferta.

Dadas estas definições, um programa de apoio e desenvolvimento da educação terá que centrar-se nas seguintes linhas:

- 1 Prioridade para o ensino fundamental e médio.**
- 2 Foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula.**
- 3 Maior presença do Governo Federal no ensino básico.**

- 4 Dar consequência aos processos e resultados das avaliações.**
- 5 Foco na qualificação e nos incentivos aos professores do ensino básico.**
- 6 Programa de certificação federal dos professores de 1° e 2° grau, em todo o país, para efeito de pagamento de um adicional à sua remuneração regular, custeado pela União.**
- 7 Diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse dos alunos.**

Todo o processo educativo merece a atenção e os recursos do governo, mas a porta para a diminuição das desigualdades, o nivelamento das oportunidades e a melhoria da produtividade dos trabalhadores repousa na qualidade do ensino inicial.



A regeneração do Estado

Todas as pesquisas demonstram que a preocupação mais latente na sociedade é com a corrupção. As investigações da Operação Lava Jato trouxeram à tona uma prática política degenerada. A obrigação de qualquer governo responsável responder a esta demanda da sociedade com uma nova postura ética. Apoiar a continuidade das ações da Operação Lava Jato e outras investigações sobre crimes contra o Estado é apenas o começo.

É preciso mais. Um Brasil ético pede ainda que um novo governo:

Reforce o papel institucional da Controladoria Geral da União, órgão fundamental para investigar e coibir os casos de corrupção no Estado.

Assegure recursos para o bom desenvolvimento dos trabalhos da Polícia Federal e da Receita Federal, órgãos fundamentais no combate ao crime.

Reforme as regras de contratação dos fornecedores estatais, priorizando a razoabilidade de preço, transparência e entrega.

Produza uma legislação moderna sobre os acordos de leniência, que ajude a recuperação de recursos desviados do erário.

Gere nova legislação sobre o combate à corrupção, chamando para este diálogo o Poder Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público Federal.

Até aqui o problema da corrupção no Estado tem sido tratado apenas pelas instituições do Poder Judiciário, mas os resultados já alcançados são uma fonte de esperança. No entanto, o problema geral da corrupção está também

ligado a imperfeições na forma de funcionamento do Estado, cuja correção depende do governo e do Congresso Nacional. À Justiça, ao Ministério Público e à Polícia competem identificar e punir as ações criminosas, mas ao Estado, como um todo, compete reformar instituições e criar regras que previnam ou que reduzam de modo significativo as oportunidades de transgressão.

Algumas iniciativas legais na direção certa tramitam no Congresso, por iniciativa de parlamentares, mas não se transformam ainda em leis. Uma delas, que precisa ser aprovada, diz respeito a novas regras para reger as relações do Estado com suas empresas e determinar a responsabilização de seus dirigentes. Muito do que deve ser feito já está proposto e, com algum esforço político, pode ser rapidamente transformado em legislação.

Um conjunto de novas leis e regulamentos deve ser proposto, ou aprovado, com o objetivo de estabelecer para as empresas públicas, agências reguladoras e entidades da administração descentralizada, tais como autarquias e fundações, regras estritas de governança, baseadas nos princípios de total transparência e de responsabilização. Será preciso reformar a estrutura e a competência dos Conselhos de Administração e Fiscal, estabelecer regras extremamente rigorosas, do ponto de vista da idoneidade e da competência profissional, para o recrutamento de seus membros, bem como dos gestores executivos. Quando for o caso, deveriam ser adotados

contratos de gestão, com metas objetivas e permanente controle externo, ficando os relatórios de auditoria inteiramente expostos ao conhecimento público.

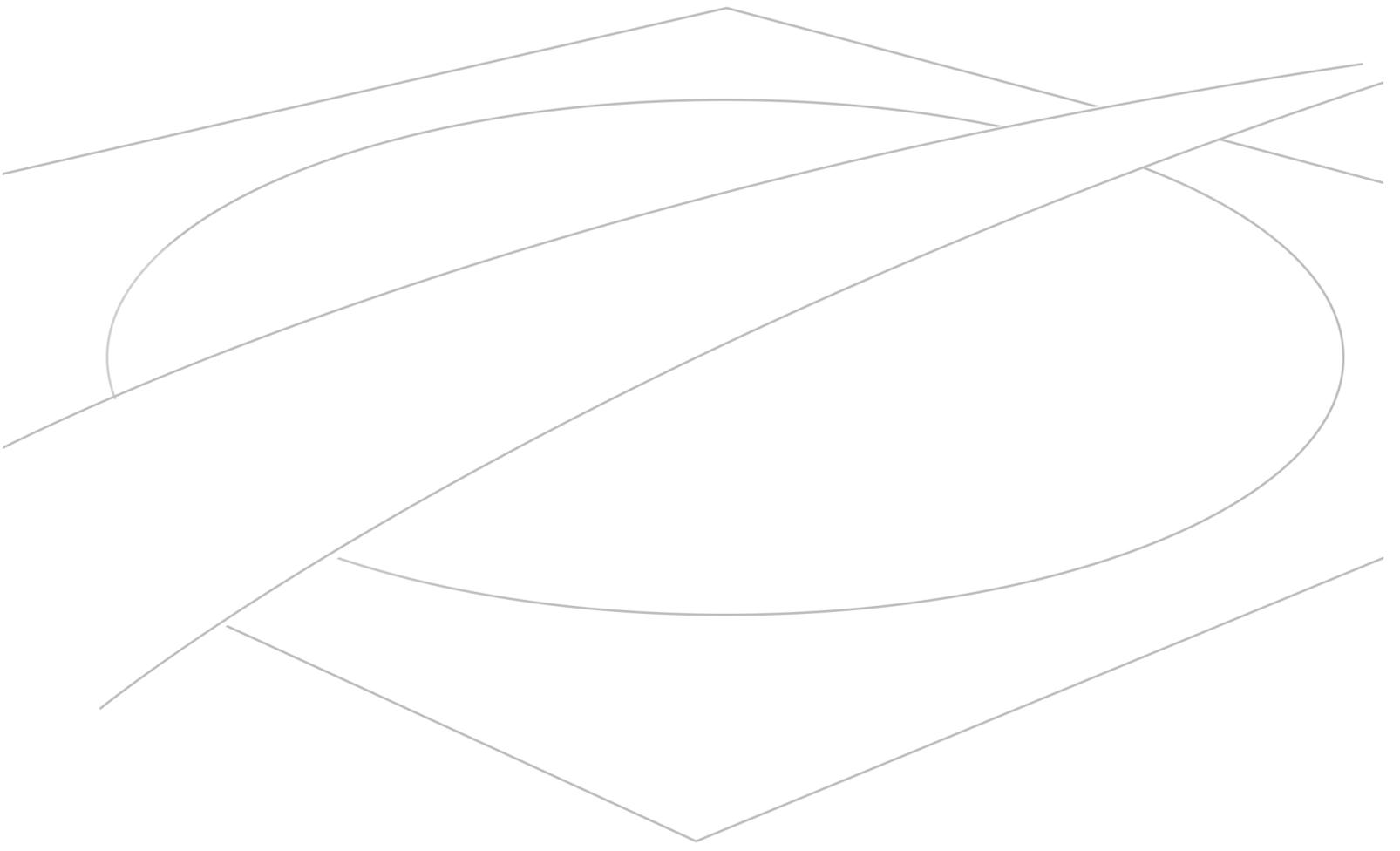
O Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura. Quanto às competências que reservará para si, é indispensável que suas relações com contratantes privados sejam reguladas por uma legislação nova, inclusive por uma nova lei de licitações, que incorpore as lições de nossa própria experiência e da experiência internacional, de modo a se assegurar da idoneidade técnica e financeira dos fornecedores privados e de se garantir, por meio de seguro de desempenho, modulado conforme a circunstância e a modalidade dos contratos, do exato cumprimento das obrigações contratuais. É necessário um novo começo nas relações do Estado com as empresas privadas que lhe prestam serviços e que são muito importantes para a economia do país.

As lições que estamos vivendo nos obrigam a buscar uma reengenharia das relações do Estado com o setor privado e reduzir ao mínimo as margens para a transgressão e o ilícito. Blindar o Estado brasileiro da corrupção que parece ter-se tornado endêmica é, talvez, hoje, o principal desejo da sociedade brasileira.



Um pilar para uma ponte

A sabedoria popular afirma que um povo engenhoso não é aquele que levanta muros, mas sim, o que constrói pontes. Para construir a verdadeira ponte para o futuro, antes é preciso fundamentar bases sólidas com toda a nação. Separados, seremos como tijolos soltos, unidos seremos uma grande realização. Esse documento pretende ser um dos pilares dessa imensa obra chamada Brasil.



FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

